



Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV



Código	PCPR-DL-1101-E886
Questões	20
Tempo sugerido	60 minutos
Dificuldade	Base (N1)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	4	01 a 04
Direito Processual Penal	4	05 a 08
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	4	09 a 12
Direito Constitucional	2	13 a 14
Direito Administrativo e Gestão Pública	2	15 a 16
Legislação Estadual e Institucional	2	17 a 18
Direitos Humanos	1	19 a 19
Ciências Forenses	1	20 a 20

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

**Direito Penal****Questão 01**

A respeito das normas e princípios que regem a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, é correto afirmar que:

- (A) admite-se sejam as normas penais incriminadoras criadas por lei, medida provisória ou decreto legislativo;
- (B) considera-se praticado o crime no momento de seu resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão;
- (C) aplica-se a lei penal incriminadora mais gravosa a fatos anteriores já decididos por sentença condenatória transitada em julgado;
- (D) aplicam-se as regras gerais do Código Penal aos crimes previstos em lei especial, se esta dispuser de maneira diversa;
- (E) aplica-se a lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração, aos fatos praticados durante a sua vigência.

Questão 02

Rafael subtraiu, sem violência ou grave ameaça, um aparelho celular exposto no balcão de uma loja. Já na calçada, logo depois da subtração, foi alcançado pelo vendedor e o agrediu com socos, a fim de assegurar a detenção do aparelho, conseguindo fugir com ele.

De acordo com o Código Penal, a conduta de Rafael configura

- (A) roubo próprio, pois a violência foi empregada contra a pessoa durante a execução da subtração.
- (B) extorsão, pois o vendedor foi constrangido, mediante violência, a tolerar que o agente levasse a coisa.
- (C) roubo impróprio, pois a violência foi empregada logo depois da subtração para assegurar a detenção da coisa.
- (D) roubo impróprio, pois a violência foi empregada antes da subtração para viabilizar a retirada da coisa.
- (E) furto simples em concurso com lesão corporal, pois a violência posterior não altera o crime patrimonial.

Questão 03

Sobre o crime impossível, previsto no art. 17 do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O agente responde pelos atos já praticados, como ocorre na desistência voluntária e no arrependimento eficaz.
- (B) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por relativa impropriedade do objeto, é improvável consumir-se o crime.
- (C) Pune-se a tentativa com a pena do crime consumado diminuída de um a dois terços, ainda que o meio empregado seja absolutamente ineficaz.
- (D) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.
- (E) Exclui-se a punição apenas na absoluta impropriedade do objeto, sendo punível a tentativa feita por meio absolutamente ineficaz.

Questão 04

Marcos, servidor público responsável pela emissão de alvarás em um órgão municipal, solicitou a Helena, empresária, a quantia de R\$ 3.000,00 para dar andamento mais rápido ao pedido de alvará apresentado por ela. Helena recusou a proposta e comunicou o fato à polícia.

Considerando o Código Penal, Marcos praticou o crime de

- (A) corrupção passiva, consumado com a simples solicitação da vantagem indevida.
- (B) corrupção ativa, porque partiu dele a iniciativa de pedir a vantagem.
- (C) corrupção passiva, na forma tentada, porque Helena não pagou a vantagem.
- (D) concussão, consumado com a simples solicitação da vantagem indevida.
- (E) prevaricação, porque pretendia praticar ato de ofício por interesse pessoal.

**Direito Processual Penal****Questão 05**

De acordo com o Código de Processo Penal, em regra, a autoridade policial poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade

- (A) máxima não seja superior a quatro anos.
- (B) máxima não seja superior a dois anos.
- (C) mínima não seja superior a quatro anos.
- (D) seja de detenção ou de prisão simples, qualquer que seja o seu máximo.
- (E) máxima seja superior a quatro anos, desde que o crime não seja hediondo.

Questão 06

Dentro do modelo de Direito Penal Consensual, os institutos despenalizadores ganharam especial relevo no sistema brasileiro. No entanto, esses institutos geralmente estão associados a uma determinada categoria de infrações penais, não tendo incidência às demais. Assinale a opção que corresponde a um instituto que, observados seus requisitos legais, tem incidência em infrações penais, independentemente da sua categoria.

- (A) Composição dos danos civis.
- (B) Transação penal.
- (C) Acordo de não persecução penal.
- (D) Sursis.
- (E) Suspensão condicional do processo.

Questão 07

Em relação às provas digitais, assinale a alternativa correta:

- (A) Considera-se prova digital qualquer informação produzida, armazenada ou transmitida por meios eletrônicos, incluindo os elementos nascidos em formato digital, mas não aqueles originalmente analógicos que foram digitalizados posteriormente.
- (B) A preservação da cadeia de custódia das provas digitais tem a finalidade de garantir sua integridade e sua autenticidade, sendo que uma das etapas consiste em realizar cópias espelho e cálculo da função hash.
- (C) A preservação da cadeia de custódia das provas digitais tem a finalidade de garantir sua autenticidade e tornar inacessíveis as informações para terceiros estranhos à investigação, assegurando sua força probatória e relevância.
- (D) Todo o material digital coletado deve ser preservado, periciado e, posteriormente, inserido no sistema judicial eletrônico, a fim de garantir a

publicidade e o exercício do contraditório e da ampla defesa pelas partes envolvidas.

- (E) Nas diligências de investigação das evidências digitais é imprescindível a apreensão dos equipamentos para que, posteriormente, a defesa tenha acesso a todo o conteúdo, o que dispensa a necessidade de cópia de segurança.

Questão 08

Em processo que segue o procedimento comum do Código de Processo Penal, o juiz rejeitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público, por entender ausente a justa causa para a ação penal.

Contra essa decisão, o recurso cabível é

- (A) a apelação.
- (B) a carta testemunhável.
- (C) o recurso em sentido estrito.
- (D) o habeas corpus, por ser a decisão irrecorrível.
- (E) o agravo em execução.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante**Questão 09**

De acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher

- (A) não se aplica a Lei nº 9.099/1995, independentemente da pena prevista.
- (B) aplica-se a Lei nº 9.099/1995 quando a pena máxima cominada não for superior a dois anos.
- (C) não se aplica a Lei nº 9.099/1995, exceto a suspensão condicional do processo, admitida em qualquer caso.
- (D) cabe à autoridade policial propor a transação penal quando a vítima não oferecer representação.
- (E) aplica-se a pena de cesta básica, desde que cumulada com a de prestação de serviços à comunidade.

**Questão 10**

Nos termos da Lei de Execução Penal, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena à razão de

- (A) um dia de pena a cada dois dias de trabalho.
- (B) um dia de pena a cada doze horas de trabalho, divididas em, no mínimo, três dias.
- (C) um dia de pena a cada três dias de trabalho, com remição declarada pelo diretor do presídio.
- (D) um dia de pena a cada três dias de trabalho.
- (E) um dia de pena a cada três dias de trabalho, regra estendida ao livramento condicional.

Questão 11

Relativamente à investigação criminal e aos meios de obtenção da prova nos crimes relativos às organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013), é correto afirmar que:

- (A) deverá o juiz participar das negociações para a formação do acordo de colaboração premiada, se o benefício concedido ao colaborador for o perdão judicial;
- (B) serão nulas de pleno direito, no acordo de colaboração premiada, as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória;
- (C) será possível ao juiz receber a denúncia com fundamento somente nas declarações do colaborador, mas não poderá proferir sentença condenatória com base nas referidas declarações;
- (D) poderá o juiz decretar de ofício a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;
- (E) será o retardamento da intervenção policial ou administrativa, na ação controlada, comunicado previamente ao Ministério Público que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao juiz competente.

Questão 12

Nos termos da Lei nº 12.850/2013, considera-se organização criminosa a associação

- (A) de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, ainda que informal, voltada a infrações com penas máximas superiores a quatro anos ou transnacionais.
- (B) de quatro ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão formal de tarefas, registrada em ajuste escrito, voltada a infrações com penas máximas superiores a quatro anos.

- (C) de quatro ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, ainda que informal, voltada a infrações com penas máximas iguais ou superiores a dois anos.
- (D) de quatro ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, ainda que informal, voltada a infrações com penas máximas superiores a quatro anos ou transnacionais.
- (E) de três ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, dispensadas a estrutura ordenada e a divisão de tarefas entre os integrantes.

Direito Constitucional**Questão 13**

Joana pretende ter conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros de um banco de dados de entidade governamental, e, se for o caso, retificá-las. O pedido administrativo de acesso foi negado.

De acordo com a Constituição Federal, o remédio constitucional adequado é

- (A) o mandado de segurança, por se tratar de direito líquido e certo à informação pessoal.
- (B) o mandado de injunção, diante da falta de norma regulamentadora do acesso aos dados.
- (C) a ação popular, para anular o ato lesivo praticado pela entidade governamental.
- (D) o habeas corpus, por estar em jogo a liberdade de informação da impetrante.
- (E) o habeas data, para assegurar o conhecimento e a retificação das informações.

**Questão 14**

Segundo a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo

- (A) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial fundamentada.
- (B) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação da autoridade policial.
- (C) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (D) em caso de desastre ou para prestar socorro, e, na hipótese de flagrante delito, somente durante o dia.
- (E) em qualquer investigação criminal em curso, a qualquer hora do dia ou da noite, mediante ordem judicial.

Direito Administrativo e Gestão Pública**Questão 15**

Eduardo, servidor público estável do Estado do Tocantins, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Inconformado com sua demissão, interpôs recurso administrativo e logrou êxito em revertê-la, mediante a invalidação da demissão. O ato de reinvestidura de Eduardo no cargo anteriormente ocupado é denominado:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) readaptação;
- (D) recondução;
- (E) reversão.

Questão 16

Acerca do controle dos atos administrativos exercido pela própria Administração Pública, é correto afirmar que ela

- (A) deve revogar seus atos ilegais e pode anulá-los por conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (B) deve anular seus atos ilegais sem limite de tempo, ainda que deles decorram efeitos favoráveis a terceiros de boa-fé.
- (C) pode revogar seus atos por conveniência ou oportunidade, mas a anulação de atos ilegais depende do Poder Judiciário.
- (D) pode revogar a qualquer tempo todos os seus atos, inclusive os vinculados e os que já geraram direitos adquiridos.
- (E) deve anular seus atos ilegais e pode revogá-los por conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Legislação Estadual e Institucional**Questão 17**

Assinale a opção que indica o instituto que, segundo a Lei Estadual nº 6.174/1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), constitui, ao mesmo tempo, forma de provimento e forma de vacância de cargo público.

- (A) Readaptação.
- (B) Exoneração.
- (C) Readmissão.
- (D) Aposentadoria.
- (E) Reversão.

Questão 18

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, que estrutura as carreiras da Polícia Civil do Paraná, constitui requisito específico para o provimento do cargo de Delegado de Polícia a comprovação de

- (A) dois anos de atividade jurídica ou policial, até a data da posse.
- (B) três anos de atividade exclusivamente jurídica, até a data da posse.
- (C) três anos de atividade jurídica ou policial, até a data da inscrição no concurso.
- (D) três anos de atividade jurídica ou policial, até a data da posse.
- (E) três anos de atividade jurídica ou policial, a serem cumpridos durante o estágio probatório.

**Direitos Humanos****Questão 19**

A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Foi adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1948, por meio de resolução.
- (B) Foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, por meio de resolução.
- (C) Foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966, junto com os dois Pactos Internacionais.
- (D) Foi aprovada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em 1948, como tratado do sistema regional.
- (E) É tratado internacional que, para obrigar o Brasil, dependeu de ratificação e de promulgação por decreto.

Ciências Forenses**Questão 20**

Sobre análises dos vínculos genéticos de paternidade, é correto afirmar que

- (A) na chamada HP – hipótese de acusação, o DNA da criança apresenta o perfil observado em decorrência de vínculo genético com outro homem qualquer não testado.
- (B) na chamada HD – hipótese de defesa, o DNA da criança apresenta o perfil observado em decorrência do vínculo genético real entre filho e suposto pai.
- (C) os resultados são obtidos através de cálculos realizados, com base na probabilidade de o suposto pai transmitir o APO (alelo obrigatório) ao filho e na frequência da ocorrência desse alelo na população.
- (D) não é necessária a utilização do banco de dados de frequência alélica da população para realização de cálculos estatísticos.
- (E) o vínculo genético é a análise realizada com objetivo de estabelecer relação de parentesco entre doadores de amostras biológicas e tem aplicação exclusiva nas demandas de paternidade cível.



Folha de respostas

Código PCPR-DL-1101-E886 · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.